

LUTA AGORA É PARA BARRAR PEC 6 NO SEGUNDO TURNO

pág. 4



**Sisejufe repudia ataque de
Rodrigo Maia a servidores**

pág. 3

**Como ficam regras aprovadas no
1º turno para o funcionalismo**

pág. 6

**Pacote anticrime ataca
Direitos Humanos**

pág. 16

PRECISAMOS NOS MANTER MOBILIZADOS

Em meio à conjuntura política turbulenta e os piores retrocessos sociais, econômico e políticos já vividos no país, a batalha contra a Reforma da Previdência segue forte

Passamos por semanas decisivas com idas e vindas do governo, do Centrão, alterando diariamente o teor da reforma. Uma coisa é certa: ela não serve aos trabalhadores da iniciativa privada ou do setor público. Ainda que tenha havido alteração substancial na Comissão Especial e mesmo no plenário na votação do 1º turno, o fato é que ainda segue draconiana. Beneficia única e exclusivamente o setor financeiro e torna a aposentadoria um sonho distante para esta geração e as futuras.

Não devemos nos iludir, somente a mobilização geral, nas ruas e no mundo virtual, é que poderá barrar essa reforma

Após uma forte greve geral, foi retomada a pressão sobre os parlamentares, se contrapondo ao lobby da elite econômica e à abjeta propaganda milionária do governo federal, usando Ratinhos e afins para tentar convencer os trabalhadores a abrirem mão de seus direitos. Certamente algumas alterações razoavelmente benéficas foram fruto da mobilização.

Todas as semanas foram enviadas delegações a Brasília para participar de audiências públicas, conversar com parlamentares, pressionar os membros da Comissão Especial e os deputados no plenário. Paralelamente, as hashtags e cobranças nas redes sociais dos deputados têm sido constantes.

Mesmo com a derrota sofrida na votação de 1º turno, não devemos esmorecer. É preciso redobrar esforços e pressionar os parlamentares que votaram a favor da reforma. Usando o jargão futebolístico esse é um jogo de 180 minutos.

Entretanto, não devemos nos iludir, somente a mobilização geral, nas ruas e no mundo virtual, é que poderá barrar essa reforma. Por outro lado, é necessária a unidade dos trabalhadores, superando divisões de categorias, ideologia ou até regionais.

O Sisejufe está cumprindo o papel que lhe cabe como entidade representativa e de defesa dos servidores do Judiciário, mas, ao fim e ao cabo, é o engajamento de cada um e de todos que será decisivo. O sindicato somos nós servidores e os direitos afetados são os nossos. Precisamos adquirir essa consciência sob pena de nós e nossos filhos e netos, em uma situação inédita, vivermos pior que as gerações anteriores.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) - vulgo Botafogo na famosa lista da Odebrecht - que, vertendo lágrimas de crocodilo ao final da votação do 1º turno da PEC 6, resol-

veu atacar os servidores públicos, bode expiatório usual da direita neoliberal e anti-povo. Ao contrário do que diz, os servidores lutaram e conquistaram PCS por conta do direito a ter um salário digno (inclusive por não terem database) e a comparação com a iniciativa privada é falaciosa já que praticamente não se encontra equivalência entre carreiras em ambos os setores.

Os servidores públicos, cuja proporção na população economicamente ativa é infinitamente menor do que nos países desenvolvidos, se submetem a um concurso público disputado e de nível elevado, ingressando e trabalhando com afincamento para atender aos interesses da população e do país. Não têm a facilidade de Rodrigo Maia que desde cedo ingressou na vida política pelas mãos de seu pai e logo não sabe o que é trabalho com carteira assinada ou pelo regime estatutário. Faria melhor se se dedicasse a cumprir de modo ético e digno o papel para o qual foi eleito.

Acompanhem as notícias e convocações que o sindicato passa no site, panfletos, jornais e redes sociais (facebook, instagram, twitter), divulguem, apoiem. Vamos derrotar o governo, impedindo essa reforma de ser aprovada, e nos manter mobilizados contra outros ataques que virão. Nenhum direito a menos! ●

SISEJUFÉ REPUDIA CRÍTICA DE MAIA A SERVIDORES PÚBLICOS

Presidente da Câmara mente ao dizer que PCS de 2005 contaminou os três Poderes, acabando com as carreiras

Tais Faccioli

Da Redação

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), nunca enganou o funcionalismo público. O infeliz discurso em que criticou a produtividade dos servidores antes de anunciar o resultado da votação do primeiro turno da Reforma da Previdência, no dia 10 de julho, foi mais um ataque para entrar no histórico de embates do parlamentar contra a categoria do Judiciário Federal. A direção do Sisejufe repudia a declaração irresponsável e mentirosa.

Em seu discurso, o deputado disse: "Nós sabemos que, com Plano de Cargos e Salários do serviço público em 2005, do Poder Judiciário, que contaminou os três Poderes, acabaram as carreiras. Todos entram ganhando quase o teto do serviço público. Não estou criticando nenhum servidor. Eles fazem o serviço público aberto e transparente, mas esse é um dado da realidade. Os nossos salários no serviço público são 76% maiores que o equivalente no setor privado, com estabilidade e pouca produtividade".

Maia faz uma acusação leviana ao apontar falhas na qualidade da prestação do



Charge publicada em 2006 retrata tentativa de obstrução do Plano de Cargos e Salários (PCS) do Judiciário

serviço público. Em nota, a Fenajufe afirmou que o ataque é agravado por encerrar em si o prenúncio da próxima investida de Maia e seus asseclas. A chegada do PLS 116/2017 à Câmara, onde deverá tramitar apensado a outra proposição que quer o fim da estabilidade do funcionalismo público, configura o alvo do ataque que está por vir.

DEPUTADO LIDEROU OBSTRUÇÃO DO PCS

O PCS a que Rodrigo Maia se refere já foi motivo de embate com o parlamentar, na época de sua tramitação, há 13 anos. Maia, então líder do PFL, capitaneou a obstrução de pauta na Câmara dos Deputados, impedindo a votação do PCS, que já estava acordada com líderes partidários. Ao travar a pauta, o deputado foi acusado de agir com interesses políticos, já que era ano eleitoral. (veja

acima charge publicada pela Imprensa do Sisejufe na ocasião).

Agora, ao fazer o resgate do PCS do Judiciário, Maia mente. A reivindicação foi uma luta justa, que buscou tão somente repor as perdas acumuladas para a categoria que, naquele momento, tinha salários rebaixados em comparação a carreiras semelhantes no Executivo e Legislativo. O PCS foi o último em que a categoria conseguiu diminuir o fosso entre a inflação e o poder de compra dos salários.

MOBILIZAÇÃO E LUTA

É preciso estar em alerta contra os ataques de Rodrigo Maia e sua corja política. A artilharia será pesada no próximo período legislativo, com vários projetos em tramitação que ameaçam não apenas os servidores, mas toda a população, com a retirada de direitos. A ordem é pressionar e resistir! ●

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: DECISÃO FICA PARA AGOSTO

Sisejufe manterá mobilização, articulações e pressão sobre os parlamentares na Câmara e no Senado para barrar a PEC 6

Tais Faccioli

Da Redação

Mais uma vez o funcionalismo público e o conjunto dos trabalhadores estão sendo penalizados pelas maldades do Governo Bolsonaro, que conseguiu aprovar, no primeiro turno, a Reforma da Previdência, a custo de negociatas e troca de votos por emendas parlamentares. O jogo, no entanto, ainda não está perdido e a direção do Sisejufe continuará na luta para mobilizar a categoria e tentar barrar a PEC 6 e ameaça de desmonte da Previdência.

"É essencial que a categoria também se mantenha na luta. Até agora, a resposta nas ruas não foi suficiente para barrar o projeto. No Senado, o grau de adesão à proposta do governo é muito maior do que na Câmara, o que exigirá um esforço redobrado no convencimento e no corpo a corpo com os parlamentares para virar o jogo a favor do povo e dos trabalhadores", afirmou a diretora do Sisejufe Soraia Marca.

Para Lucena Pacheco, diretora do sindicato e coordenadora da Fenajufe, esta-



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Sessão que analisou emendas à Reforma no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 12 de julho

mos apenas ganhando tempo com a reforma indo para o segundo semestre. "O texto continua como uma derrota para os trabalhadores, principalmente para o servidor público. Não vamos conseguir mudar esse texto se não nos mobilizarmos. Não sejamos ingênuos. O projeto só foi jogado para agosto para abrir espaço para negociar mais emendas. Só nos resta resistir e articular para barrar a reforma", ressaltou.

PRESSÃO NOS ESTADOS

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara, é fundamental que os sindicatos e movimentos sociais pressionem parlamentares nos seus estados para que se sensibilizem no segundo turno. "Vamos

tentar reduzir danos. Talvez a gente não consiga impedir que a reforma passe, conseguir impedir os 308 votos para ela não passar no segundo turno, o que seria o ideal. Mas se a gente não conseguir isso, pelo menos passar alguns destaques supressivos. Temos ainda nove destaques para apresentar e o kit obstrução", afirmou.

ENTENDA OS PRÓXIMOS PASSOS

Aprovada em primeiro turno no dia 12 de julho pelo Plenário da Câmara dos Deputados, com quatro emendas e destaques, a Reforma da Previdência será encaminhada para a votação em segundo turno, a partir do dia 6 de agosto.

Segundo o regimento, é necessário um



Diretoria do Sisejufe tem feito articulações em Brasília desde o início da tramitação da PEC 6

intervalo de cinco sessões entre a aprovação do texto e a nova votação. O prazo pode ser eliminado com acordos e aprovação de um requerimento. Os deputados também podem apresentar destaques para mudar o texto nesta fase.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO SENADO

Aprovada na Câmara, a PEC vai ao Senado. Lá, passa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, onde os senadores avaliam sua constitucionalidade. O colegiado tem um prazo de 30 dias após o recebimento do texto para

dar um parecer. É possível que os senadores proponham emendas para alterar a proposta.

VOTAÇÃO NO SENADO

No Senado, não há a etapa da comissão especial. Após a aprovação na CCJ, segue para o plenário. Novamente, o texto precisa ser aprovado em dois turnos, com votos de três quintos do Senado: 49 de 81 senadores. Nesta fase, os parlamentares podem apresentar destaques.

VOLTA À CÂMARA

Se os senadores mudarem o texto que

saiu da Câmara dos Deputados, a reforma voltará para lá e terá que começar a tramitação do zero: CCJ, comissão especial e plenário da casa de novo.

PROMULGAÇÃO

Aprovada sem mudanças no Senado ou após a nova votação na Câmara dos Deputados, a reforma será promulgada pelo presidente do Congresso Nacional, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), e não precisará passar pela mesa do presidente Jair Bolsonaro. As novas regras entram em vigor imediatamente após a promulgação. ●

REGRAS VÁLIDAS PARA O SERVIDOR NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Veja as regras aplicáveis aos servidores públicos, a partir do estudo realizado por Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação licenciado do Diap e sócio-diretor das empresas Queiroz Assessoria e Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas. Queiroz alerta que as regras previstas para os servidores públicos no substitutivo, aprovado em primeiro turno na Câmara, ainda poderão ser modificadas por destaques supressivos durante sua votação em segundo turno

Já no primeiro núcleo do parecer do relator da Reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSD-SP), que trata principalmente de princípios gerais, um tópico é particularmente prejudicial aos aposentados e pensionistas de todos os entes federativos (União, estados e municípios) e trata-se da possibilidade desses entes, por lei ordinária, poderem:

- 1) instituir alíquota progressiva da contribuição previdenciária para ativos, aposentados e pensionistas;
- 2) ampliar a incidência da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, que poderá passar a ser cobrada sobre um salário mínimo e não mais sobre o teto do regime geral; e
- 3) cobrar dos aposentados e pensionistas contribuição extraordinária por

até 20 anos, se for comprovado déficit atuarial do regime próprio a que estiverem vinculados.

Com relação às regras que só vigorarão enquanto não for aprovada a lei ordinária que definirá novos critérios para a concessão de benefícios. Ou seja, as regras temporárias só valerão para os futuros servidores, aqueles que ingressarem após a promulgação da reforma, e deixarão de existir assim que a lei ordinária for aprovada e entrar em vigor.

De acordo com o artigo 10 do texto aprovado, que trata dessas regras

temporárias, o novo servidor poderá se aposentar:

- 1) voluntariamente, se cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - 1.1) 62 anos de idade, se mulher, e 65, se homem;
 - 1.2) 25 anos de contribuição para ambos os sexos;
 - 1.3) 10 anos de efetivo exercício no serviço público; e
 - 1.4) 5 anos no cargo.
- 2) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria; ou
- 3) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 70 anos de idade ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.

As regras temporárias só valerão para os futuros servidores, aqueles que ingressarem após a promulgação da reforma.

O valor das aposentadorias voluntárias, inclusive dos servidores com redução de idade mínima e tempo de contribuição, corresponderá a 60% da média dos salários de contribuição de todo o período contributivo, acrescida de 2% por cada ano que exceder a 20 anos de contribuição, até chegar aos 100% da média, após 40 anos de contribuição.

No caso da aposentadoria compulsória,

que não tenha cumprido o tempo de contribuição exigido, o valor do benefício corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 anos, multiplicado pelo valor apurado na forma do parágrafo anterior (60% por 20 anos de contribuição, mais 2% por cada ano que exceder aos 20).

SERVIDOR APOSENTADO POR INCAPACIDADE

Apenas o servidor aposentado por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho, de doença profes-

sional ou de doença do trabalho terá o valor de sua aposentadoria equivalente a 100% da média dos salários de contribuição.

O reajuste dos benefícios será feito na mesma data e no mesmo índice em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, a cargo do INSS.

O artigo 11 do texto aprovado, por sua vez, determina o aumento da alíquota de contribuição de que tratam os artigos

4º, 5º e 6º da Lei 10.887/04, incidentes sobre a remuneração dos servidores ativos e dos proventos de aposentados de pensionistas, que passa de 11% para 14%.

Entidades abertas também poderão gerir fundos de pensão de trabalhadores e servidores.

Determina, ainda, que enquanto não for alterada alíquota da referida lei, já majorada para 14%, entram em vigor alíquotas progressivas, a serem cobradas dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, a partir do 4º mês de vigência da emenda à Constituição, com percentuais que vão de 7,5% a 16,79%.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Quanto às regras de transição, válidas para o servidor que ingressou ou ingressar no serviço público até a data da promulgação da emenda à Constituição, e continuarão em vigor até que haja nova reforma ou que se aposentem todos os atuais servidores, vale o seguinte:

A primeira regra de transição, artigo 4º do texto aprovado, válida para os servidores que ingressaram no serviço público até a entrada em vigor da emenda à Constituição, assegura aposentadoria voluntária quando o servidor preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 1) 56 anos de idade, se mulher, e 61 anos, se homem;
- 2) 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos de contribuição, se homem;
- 3) 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 4) 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- 5) somatório da idade e do tempo de contribuição equivalente a 86 pontos,

se mulher, e 96 pontos, se homem, com acréscimo de um ponto a cada ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105, se homem, além do aumento da idade mínima para 57 anos, se mulher, e 62 anos, se homem, a partir de janeiro de 2022.

O servidor que ingressou até 31 de dezembro de 2003 e comprovar a idade mínima de 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, terá direito à paridade e integralidade.

Os servidores que ingressaram posteriormente, ou que se aposentarem na forma anterior (aos 56 ou 61 anos de idade) terão seu provento calculado com base em 60% da média, correspondente a 20 anos de contribuição, acrescido de 2% para cada ano excedente até atingir os 100% aos 40 anos de contribuição.

Assim, apenas os servidores que ingressaram no serviço público antes de 2004 e comprovarem 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos, se homem,

além do cumprimento dos demais requisitos, terão direito a paridade e integralidade.

A segunda regra de transição, previsto no artigo 20, também válida para os servidores que ingressaram no serviço público até a entrada em vigor da emenda à Constituição, garante a aposentadoria voluntária quando o servidor preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 1) 57 anos de idade, se mulher, e 60 anos, se homem;
- 2) 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos de contribuição, se homem;
- 3) 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 4) 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- 5) período adicional de contribuição de 100% do tempo que, na data da promulgação da emenda constitucional, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição respectivamente de 30 e 35 anos para mulher e homem. ●

PARIDADE E INTEGRALIDADE

O servidor que ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 2003 terá direito à paridade e integralidade e os que ingressaram posteriormente terão seu provento correspondente a 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição das remunerações adotadas como base para contribuições ao regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, atualizadas monetariamente, correspondente a todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela data. Ou seja, mesmo se não tiver 40 anos de contribuição, após cumprir o “pedágio”, poderá fazer jus a 100% da média.

PARA QUEM INGRESSOU ATÉ A DATA DA PROMULGAÇÃO DA PEC 6

O provento dos servidores que ingressaram no serviço público até a data da promulgação da emenda constitucional, de acordo com esta regra de transição, será de 60% da média, acrescido de 2% para cada ano que exceder a 20 anos de contribuição, exceto para o servidor do item 1 acima (15 anos de efetiva exposição), quando o acréscimo de 2% incidirá a partir dos 16 anos de efetiva exposição.

Ao servidor com deficiência vinculado a regime próprio de previdência social, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco no cargo, até que seja aprovada a lei complementar de que trata o § 4º do artigo 40, será assegurada aposentadoria na forma da Lei complementar 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios:

1) aos 25 anos de contribuição, se ho-



mem, e 20 anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

2) aos 29 anos de contribuição, se homem, e 24 anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

3) aos 33 anos de contribuição, se homem, e 28 anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

4) aos 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

O valor da aposentadoria será de 100% da média nos casos da aposentadoria por idade e tempo de contribuição (itens 1, 2 e 3) e 70%, mais 1% por cada ano de contribuição que exceder 12 meses de recolhimento, no caso de aposentadoria por idade.

O servidor que tiver completado ou vier

a completar o tempo para se aposentar com base na legislação anterior à vigência da Constituição, poderá fazê-lo a qualquer tempo, nos exatos termos da regra com base na qual adquiriu o direito. E, no período em que continuar em atividade — podendo ficar até se aposentar compulsoriamente aos 75 anos — fará jus a um abono equivalente à sua contribuição previdenciária.

Por fim, o artigo 33, estabelece que as entidades de previdência complementar fechada continuarão sendo administradas por fundos de pensão até que a lei que regulamente o § 15 do artigo 40 da Constituição. Se mantido esse artigo na reforma, quando for aprovada e entrar em vigor a referida lei, as entidades abertas, com fins lucrativos, também poderão gerir fundos de pensão de trabalhadores e servidores. Ou seja, as reservas dos servidores atualmente administradas pela Funpresp-Exe, por exemplo, poderão ser feitas por bancos ou seguradoras. ●

MULHERES DEBATEM IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

“O estado capitalista é um Hobin Hood às avessas. Tira das trabalhadoras e dos trabalhadores para dar aos poderosos”, resumiu a economista Tatiana Brettas em palestra para feministas sobre Reforma da Previdência realizada em 8 de julho, no Sisejufe. Parte do dinheiro que até agora ficava nas mãos do Estado para pagar as aposentadorias, com a aprovação da PEC 6, irá para o pagamento da dívida pública e outra parte ainda vai engordar bancos, seguradoras e fundos que estão de olho na previdência privada.

O objetivo da atividade foi estimular as mulheres para realizar ações de rua e convencer a população de que essa proposta não é boa para o Brasil e ainda pior para as mulheres. Essa pauta é uma das prioridades de luta da Articulação de Mulheres Brasileiras em âmbito nacional, entidade que promoveu o evento em parceria com a Marcha Mundial de Mulheres/RJ e Sisejufe, por meio do Núcleo Sindical da MMM. ●



Fotos: Cristiane Vianna Amaral

Economista Tatiana Brettas mostra que a reforma é ainda pior para as mulheres



Anny Figueiredo e Vera Miranda, representantes do Núcleo Sindical da MMM, dão boas-vindas às participantes



Cuide da sua saúde com MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Atendimento: 9h às 14h10
- Sessão: R\$20,00 (sindicalizados)
R\$40,00 (não sindicalizados)
- Agendamento: (21) 2215-2443

CATEGORIA VAI ÀS RUAS DIZER NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Servidores se uniram aos demais trabalhadores e movimentos sociais na Greve Geral e continuam mobilizados contra a perda de direitos

Foto: Cristiane Vianna Amaral



Servidores e diretoria do Sisejufe participaram da passeata realizada na Greve Geral contra a Reforma da Previdência no dia 14 de junho

Max Leone, Tais Faccioli e Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

A participação da direção do Sisejufe, ativistas e servidores de todos os tribunais do Judiciário Federal do Rio foi efetiva em atos e na Greve Geral que ocorreu em 14 de junho contra a Reforma da Previdência e em defesa da Justiça do Trabalho. A categoria se uniu aos demais trabalhadores, estu-

dantes, movimentos sociais e sindicatos na mobilização e protestos contrários à PEC 6. Após vários atos nos tribunais, houve concentração na Candelária. Em seguida, os manifestantes caminharam pela Avenida Presidente Vargas em direção à Central do Brasil. Nem mesmo a violência policial, foi

capaz de manchar a passeata pacífica que marcou o fim do dia de paralisações. A diretoria do Sisejufe repudiou a postura violenta dos policiais que lançaram bombas de efeito moral nos manifestantes. Muitos servidores foram atingidos pelo gás de pimenta e passaram mal.

A direção do sindicato avaliou como positiva a mobilização da categoria. A orientação era atender apenas situações definidas de caráter essencial e interromper os demais procedimentos nos tribunais. “Depois de um belo dia de luta, que culminou com a passeata pacífica, tendo a presença de servidores e servidoras das justiças federais, tivemos que enfrentar a truculência da PM”, criticou o presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves.

ARRASTÃO PARA CONSCIENTIZAR E CHAMAR PARA O ATO

A divulgação do parecer sobre a PEC 6 serviu para incentivar a participação de servidores. A movimentação começou cedo no TRT da Lavradio. Ativistas e diretores fizeram “arrastão” pelos andares do prédio para conscientizar quem não tinha aderido ao movimento. Um “aulão” sobre vários pontos do relatório que modificou a PEC 6 aconteceu na porta da Lavradio, com detalhes que afetam diretamente o funcionalismo. Vários servidores do TRT e diretores do Sisejufe expressaram indignação após as explicações.

Em frente ao TRF2, a direção do Sisejufe alertou que servidores e população devem continuar atentos, pois os pontos modificados no relatório poderiam voltar na votação em plenário da Câmara. Os dirigentes ressaltaram que é preciso estar mobilizado contra pautas que retiram os direitos dos trabalhadores.

Houve concentração pela manhã em frente ao prédio da Venezuela. Foi distribuída carta à população, na qual o Sisejufe esclarecia sobre o aprofundamento das desigualdades sociais que a aprovação da reforma poderia causar. Também houve ato na JF Almirante Barroso.



Categoria do Judiciário Federal esteve presente em todas as manifestações de rua contra a PEC 6



Servidores do TRE e também dos outros tribunais fizeram atos para marcar a adesão ao protesto

Os oficiais de justiça aderiram ao protesto. No dia da Greve Geral só foram cumpridos expedientes de plantão. Servidores também se revezaram na tenda montada em frente à JF Rio Branco.

Na sede do TRE, foi feita triagem na Central de Atendimento ao Eleitor para orientar e garantir apenas os atendimentos de urgência. No fim da tarde, os

servidores fizeram um ato na porta do tribunal, no Centro do Rio.

MOBILIZAÇÃO NO INTERIOR

Além da capital, aderiram à Greve Geral servidores de Cabo Frio, Campos, Macaé, Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itaperuna, Rio Bonito, Cachoeiro de Macacu, Nova Iguaçu e Araruama, entre outras. ●

SISEJUFÉ SOLIDÁRIO INICIA SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Fotos: Cristiane Vianna Amaral



Diretora do Sisejufe, Eunice Barbosa e o aposentado Roberto Mota atendem Nilson dos Santos Júnior no serviço de orientação jurídica e acesso à Justiça

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

O Sisejufe Solidário é um departamento do sindicato que tem entre suas principais expectativas promover a inclusão das pessoas em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro. Quem chega à sede da entidade, localizada próximo à Candelária, percebe a violência

e o abandono a que estão submetidas. “Grande parcela dessa população desconhece seus direitos básicos e, mesmo quando os conhece, vive uma rotina de negação e abandono por parte do Poder Público”, explica a coordenadora do departamento, Eunice Barbosa.

Como o Sisejufe reúne diversas pessoas com formação jurídica, Eunice pensou em mobilizá-las para colocar esse conhecimento à serviço dessa população. Roberto Mota, servidor aposentado da Justiça Federal, já fazia trabalho voluntário no Instituto LAR, Ong que oferece

arteterapia, alimentação e orientação para o mercado de trabalho, entre outras atividades, na Rua do Senado. “Por meio dele, nos oferecemos para colaborar com o projeto, de forma voluntária”, lembra a dirigente sindical.

Foi então criado o serviço de orientação jurídica e acesso à Justiça, realizado às terças-feiras, a partir das 19h. Um dos atendidos pelo Instituto Lar é Nilson dos Santos Júnior. Sem renda, ele deveria ter acesso gratuito ao metrô, mas por algum motivo que não sabe explicar, sua carteirinha só dá para pegar ônibus. Motta marcou então para levá-lo aos órgãos responsáveis e viabilizar sua demanda, já que Nilson é surdo e fala com dificuldade. O servidor aposentado também acredita que ele tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e está ajudando a providenciar os documentos necessários para fazer o pedido de renda mínima.

A equipe do Sisejufe Solidário que atua no Instituto Lar é formada por servido-

res, estagiários e advogados voluntários. “O trabalho teve início em maio e já resultou em uma ação judicial distribuída e outros casos estão em fase de estudo”, conta Felipe Barbosa, estagiário de Direito.

A coordenadora explica que grande parte dos atendimentos é para viabilizar direitos básicos, não sendo necessário ingressar no Judiciário. “A equipe da Seção de Atendimento aos Jurisdicionados e Cidadania, bem como a equipe do escritório jurídico do Sisejufe são grandes parceiras nesse trabalho, colaborando nos casos mais complexos.” O serviço de atendimento jurídico deve ser ampliado para os sábados e Eunice espera a adesão de novos voluntários.

TODOS TÊM ALGO A COMPARTILHAR

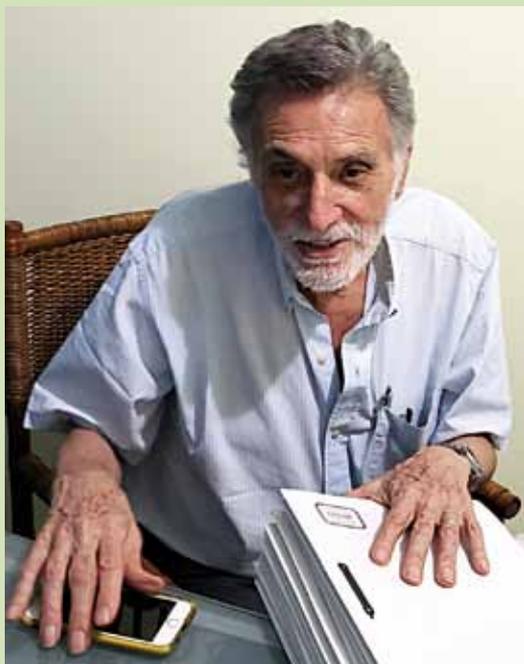
Enquanto entrevistávamos Motta, um dos atendidos no Instituto Lar, Reginaldo da Conceição (foto acima), parou para



Reginaldo é um dos atendidos pelo Instituto Lar

tomar um pouco da água que estava na mesa, antes de ir embora. O engenheiro aposentado lhe ofereceu que levasse a garrafa. “Não, tenho que deixar para o próximo.” Mais do que a água, ficou a lição: todos têm algo a compartilhar. ●

NÃO FAÇO BARGANHA COM DEUS



Roberto Motta era um jovem atarefado. Trabalhando por conta própria, tinha pouco tempo em sua rotina para os amigos, mas quando precisou de uma ajuda para seu filho, foi procurar um deles. A notícia não poderia ser pior: o ex-colega tinha cometido suicídio. Motta lembrou então de todas as vezes que o companheiro tinha lhe visitado tentando conversar.

Lendo o jornal, viu um anúncio de seleção para o Centro de Valorização da Vida, que trabalha com prevenção ao suicídio. Foi o início de uma vida dedicada ao voluntariado, passando pelo Instituto Nacional de Câncer até chegar

ao Instituto LAR. Na Ong da Rua do Senado, começou a organizar o cadastramento e em pouco tempo, assumiu outras responsabilidades. Já conseguiu renda mínima para diversas pessoas e auxiliou alguns a largar o consumo de drogas, entre outras pequenas melhorias de vida.

“Não faço barganha com Deus”, responde quando perguntado se ajuda ao próximo por causa de religião. O servidor aposentado acredita que tem obrigação de devolver à sociedade o que ela lhe ofereceu: foi aluno do Pedro II e da Escola de Engenharia, que hoje faz parte da UFRJ.

SERVIDORES SE DIVERTEM NAS FESTAS JUNINAS DO SINDICATO

Teve arraiá na capital e na Sede Campestre. Aposentados também aproveitaram sua tradicional confraternização

Tais Faccioli e Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

O mês de junho foi embalado por vários arraiás, para alegria dos servidores. A tradicional festa junina aconteceu no dia 28 de junho, no Salão Nobre da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, no Centro do Rio. Teve quadrilha, arrasta pé, comida típica variada e muita bebida gostosa.

O festejo reuniu servidores e seus familiares, que lotaram a pista de dança e se divertiram ao som das Bandas Fusuê e Emerson Cunha, além do DJ Max. O repertório incluiu ritmos juninos, samba, música baiana, funk e MPB. Dançarinos garantiram a animação dos convidados.

O evento, organizado pelo Departamento de Cultura, é uma das atividades do sindicato para promover a aproximação e o lazer da categoria. “Foi sucesso total mais uma noite da nossa tradicional festa junina. Bebidas geladas

"Foi sucesso total mais uma noite da nossa tradicional festa junina", Joel Lima, coordenador do Departamento de Cultura



Foto: Taís Peyneau

Servidores se divertiram na pista de dança ao som de ritmos juninos, samba e MPB, no Centro do Rio

e comida boa, ao som de duas bandas maravilhosas. A categoria dançou do início ao fim”, afirmou o coordenador do Departamento, Joel Lima.

A festa contou com a presença de vários diretores, do presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves; do presidente do Funpresp-Jud, Amarildo Vieira; do diretor do Foro da Justiça Federal, juiz Ozair Victor de Oliveira Junior e da diretora da Secretaria Geral, Luciene da Cunha Dau Miguel. A turma do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) também prestigiou a comemoração caipira.



Foto: Taís Peyneau

ARRAIÁ NA SERRA

E por falar nos animados integrantes do DAP, eles curtiram uma festa exclusiva na Sede Campestre do Sisejufe, no dia 25 de junho. O sindicato disponibilizou o transporte para levar os participantes para o evento. Cerca de 30 pessoas, entre aposentados, pensionistas e familiares aproveitaram o clima da serra.

As comidas típicas de São João foram o ponto alto: bolo de milho, doce de abóbora, caldo verde, entre outras delícias. Também não faltou o tradicional churrasco. A comemoração foi prestigiada pelo presidente Valter Nogueira Alves, pela coordenadora do DAP, Neli Rosa, e o representante sindical Francisco Costa de Souza.

E quem se hospedou na Sede Campestre em junho também aproveitou a festa caipira, que aconteceu todos os fins de semana do mês. Claro que não faltaram comidas saborosas, danças animadas, fogueira e brincadeiras tradicionais, como a pescaria. O clima animado e o friozinho típico da Serra garantiram o sucesso do festejo. Foi uma boa oportunidade para a categoria recarregar as energias para as próximas lutas! ●

Fotos: Divulgação



Comidas típicas no Arraiá da Sede Campestre



Festa Junina na Serra teve pescaria e muitas brincadeiras

Foto: Cristiane Vianna Amaral



Aposentados curtiram animada confraternização Junina também na Sede Campestre

Foto: Taís Peyneau



PACOTE ANTICRIME DE MORO TEM POR ALVO A POPULAÇÃO NEGRA, POBRE E PERIFÉRICA

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

Dois projetos de lei uniram as favelas do Rio de Janeiro e as comunidades de todo o país. O artigo primeiro do PL 882/2019, enviado pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, “estabelece medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa”. Com esse enunciado, a medida ganha adesão popular, num país que clama por Justiça, mas uma análise mais atenta revela outras realidades.

Um projeto de lei, com o exato mesmo teor, foi apresentado no Senado por 13 parlamentares e tramita sob o número 1864/2019, mostrando a pressa do Executivo em aprovar a medida. No entanto, a matéria foi retirada de pauta no último dia 10 de julho para aguardar a realização de audiências públicas, ainda sem data.

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, organização de moradores que denunciam a morte de familiares vítimas da ação policial ou militar no Rio de Janeiro, sabe que se o chamado Pacote Anticrime for aprovado, a situação nas favelas pode piorar. O texto propõe que sejam considerados como legítima defesa os homicídios praticados “em conflito armado” ou para “prevenir injusta ou iminente agressão”. No estado onde a polícia é responsável por cerca de 30% dos homicídios e 98% dos casos costumam ser arquivados pelo Ministério Público, medidas como essa podem au-



Foto: Cristiane Vianna Amaral

Aula pública debateu perversidades do pacote anticrime, com a presença de familiares de vítimas de policiais

mentar esses percentuais que já chamam a atenção de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

VIDAS ESTILHAÇADAS

Em abril de 1996, seu José Luiz perdeu o filho Maicon, de apenas 2 anos, morto por um tiro disparado por um policial militar em Acari. Passados mais de 20 anos, nenhum dos envolvidos na ação foi responsabilizado pelo crime. Maicon brincava na porta de casa quando foi baleado. De acordo com a organização Projeto Legal, as autoridades nunca levaram as investigações adiante.

O caso de Maicon foi retratado no relatório “Você matou meu filho – Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro”, lançado pela Anistia Internacional em 2015. Os dados e histórias

contidas no documento mostram que a PM se vale dos autos de resistência (registros de homicídios decorrentes de intervenção policial) para encobrir execuções extrajudiciais cometidas por agentes da lei.

Seu Cuca, morador do Morro da Coroa, na região central da capital fluminense, vive na pele esta realidade. Seu irmão foi assassinado em 2009 ao sair do trabalho, uma oficina mecânica localizada na própria comunidade. “A polícia ‘subiu’ com ele. Mesmo rendido, com as mãos na cabeça, levou um tiro na nuca. Foi fuzilado com outros quatro moradores”, ele conta. O júri popular está marcado para o dia 24 de setembro. No entanto, mesmo que os autores sejam condenados, a vida da mãe de seu Cuca nunca será trazida de volta. “A família toda adoce. Não morri também porque estou na luta”, disse ela

Essas histórias foram lembradas na aula pública realizada no dia 3 de julho na Ocupação Manoel Congo, próximo à Cinelândia, numa mobilização durante a Semana de Luta Contra o Pacote Anticrime no Rio de Janeiro. Bruna Silva, moradora da Maré, foi intimidada por duas viaturas enquanto esperava o ônibus na Avenida Brasil e não conseguiu chegar ao evento. Uma clara ameaça por sua luta, que denuncia a ação violenta do Estado. Ela é envolvida em um dos casos que mais chocaram a sociedade nos últimos tempos. Seu filho, Marcos Vinícius, de 14 anos, comoveu a sociedade por ter dito "mãe, o blindado atirou em mim. Ele não me viu com camisa de escola?" antes de morrer, assassinado pela Polícia Civil, em junho do ano passado.

VIDA SEM VALOR

Para o desembargador aposentado Sérgio Verani, a proposta do governo é uma ofensa ao saber jurídico. "Ela assegura que o agente de segurança pública exerça a violência e o extermínio sobre a população pobre e negra." Uma de suas grandes críticas ao Pacote Anticrime é a figura do criminoso habitual, termo que além de ser vago e impreciso, viola o direito à presunção da inocência. Para estes, a prisão provisória se tornaria uma regra. Uma pesquisa do Ipea demonstrou que 37,1% dos presos



Freixo: "Não houve diálogo com a sociedade"

provisórios não receberam condenação à prisão ao final do processo.

O defensor público Emanuel Queiroz alerta que hoje as medidas do Pacote Anticrime não são constitucionais. No entanto, se a composição do Supremo Tribunal Federal mudar, a realidade pode ser outra. Para Queiroz, a situação do país é tão grave que ele defende um "movimento cívico pela civilização".

PARLAMENTARES DEFENDEM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Um Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados está analisando o Pacote Anticrime, do qual fazem parte, além do PL 882/2019, o PL 10.372/2018 e o PL 10.373/2018. O deputado Marcelo Freixo (PSol/RJ) é um dos integrantes do coletivo.

O parlamentar fluminense acredita que Ongs e movimentos que atuam há muito tempo na área de segurança pública, produzindo estudos e diagnósticos de qualidade, devem ser ouvidos. "Os especialistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, não foram chamados. As mães de jovens assassinados pela polícia não foram ouvidas. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho está realizando audiências públicas. Estamos debatendo com a sociedade civil organizada os principais pontos da proposta", afirmou o parlamentar. Para Freixo, é importante o governo pautar o debate da segurança. O deputado vê a criação de um banco de dados com informações balísticas, sobre munições, que permite produção de mais informações, como um ponto positivo.

"Se tem uma coisa indefensável nesse projeto é isso: não houve diálogo com a sociedade, com a academia, nem mesmo com instituições especializadas no assunto. Nem mesmo o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa So-

Fotos: Divulgação



Verônica: "Moro engana com proposta simplista"

cial e o Conselho Nacional de Políticas Penitenciárias foram ouvidos", avalia a vereadora Verônica Lima, de Niterói. Segundo a parlamentar, que é defensora dos Direitos Humanos e autora da Lei de Diretrizes para Mulheres Vítimas de Violência em seu município, "Moro engana a população com uma proposta simplista, condenatória e punitivista para um problema que é historicamente complexo e que exige o fortalecimento das instituições, mudanças profundas e políticas públicas".

Na linha dos parlamentares ouvidos pelo Contraponto, a diretora do Sisejufe Mariana Liria, critica a falta de embasamento do projeto: "Vemos que o pacote de medidas proposto pelo governo não se lastreou em qualquer estudo aprofundado, não ouviu a academia e não traz propriamente políticas de segurança pública, apenas exacerbando o punitivismo já tão arraigado no sistema prisional. Eventual aprovação aumentaria a população carcerária que já é a terceira maior do mundo, ou seja, esses projetos têm por alvo a população negra, pobre e periférica", conclui a dirigente. ●

LUTA DO NS VAI SER INTENSIFICADA

Cristiane Vianna Amaral

Da Redação

O Cotec do Rio de Janeiro participou do Encontro Nacional dos Técnicos do Poder Judiciário Federal – Cenários, Perspectivas e Estratégias em Defesa do Cargo, em Fortaleza, no dia 29 de junho. O evento foi organizado pelo Sintrajufe com apoio do Sinje, Sindissétima e Anatecjus.

"NS: A necessidade de sobrevivência em especial na Justiça do Trabalho" foi o tema da palestra do coordenador do coletivo fluminense do Sisejufe e servidor do TRT1, Amauri Pinheiro. Ele alertou a categoria para a ameaça de extinção da Justiça do Trabalho, ou mesmo sua privatização, por meio da Justiça Arbitral.

No entanto, o maior risco ao segmento, segundo Amauri, é a Resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça. A medida cria falsos excedentes de trabalhadores que poderiam ser colocados em disponibilidade, recebendo somente o vencimento básico proporcional ao tempo de serviço acrescido das vantagens pecuniárias permanentes relativas ao cargo público. Sem um critério claro, os magistrados descartariam os técnicos sem formação, priorizando quem tem Nível Superior em Direito, que poderia elaborar minutas de sentença e despachos.



Foto: Divulgação

Diretores Ronaldo das Virgens e Amauri Pinheiro, e servidora Adriana Tangerino representaram o sindicato

Para Amauri, lutar contra a Resolução 219 é uma questão de sobrevivência e a implantação do Nível Superior é vital. Dessa maneira, seria possível que os técnicos trabalhassem em outros órgãos federais, de acordo com sua formação acadêmica.

TÉCNICOS REIVINDICAM APOIO DA FENAJUFE

Para o coordenador da Fenajufe e diretor do Sisejufe, Ronaldo das Virgens, o encontro foi importante pois provou que a capacidade de mobilização do

segmento pode conquistar o NS para os técnicos judiciários. “Vamos levar as reivindicações à Fenajufe para que o que foi discutido seja implementado”, adiantou.

No evento, em que também esteve presente a servidora Adriana Tangerino, foi ratificada a Carta de Teresópolis, aprovada no Encontro Nacional de Técnicos do PJU e do MPU, realizado em outubro de 2017, em Teresópolis. O documento teve por objetivo debater e definir a linha de atuação do movimento em defesa do Nível Superior. ●

4 AGO
DOMINGO | 10h

Local:
APCEF
JACAREPAGUÁ

Faça a sua inscrição:
esporteelazer@sisejufe.org.br

Acesse o link ou QRcode para ver as regras:
sisejufe.org.br/emcampo



contrapont

SISEJUFE filiado à FENAJUFE

Av. Presidente Vargas • 509 • 11º andar

Centro • RJ • CEP 20071-003

| 21 | 2215 2443

imprensa@sisejufe.org.br

www.sisejufe.org.br



DIRETORIA: Adriano Nunes dos Santos • Alexandre Graciano dos Santos • Amaro das Graças Faustino • Ana Clécia Vieira Santos • Carlos Eduardo da Costa Cruz • Carlos Henrique Ramos da Silva • Claudio Vieira Amorim • Deise de Andrade Azevedo • Dulavim de Oliveira Lima Junior • Fabio Filardi da Silva • Fernanda Guimarães Lauria • Helena Guimarães Cruz • Iuri Barbosa Matos Peixoto • Joel Lima de Farias • José Ricardo de Almeida Horta • Jovelina Alves da Silva • Laura Diogenes de Oliveira e Silva • Lucas Ferreira Costa • Lucena Pacheco Martins • Lucilene Lima Araujo de Jesus • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Marcelo Costa Neres • Maria Cristina Barbosa Mendes • Maria Eunice Barbosa da Silva • Mariana Abreu Petersen da Rocha • Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria • Maristela de Souza Vicente • Michel Carneiro da Silva • Mônica Cristina Santana de Jesus • Neli da Costa Rosa • Nilton Barbosa de Castro • Nilton Alves Pinheiro • Ricardo de Azevedo Soares • Ricardo Loureiro Pinto • Ricardo Quiroga Vinhas • Ricardo Soares Valverde • Rodrigo Alcantara de Souza • Ronaldo Almeida das Virgens • Soraia Garcia Marca • Valter Nogueira Alves

• **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda

• **EDIÇÃO:** Tais Faccioli (MTE 22185)

• **REDAÇÃO:** Max Leone (MTE RJ/19002/JP) • Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

• **PROJETO GRÁFICO:** Andreza Condé

• **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho

• **ESTAGIÁRIA EM DESIGN GRÁFICO:** Laise Silva

• **CHARGE:** Latuff

• **CONSELHO EDITORIAL:** José Ricardo de Almeida Horta • Lucena

Pacheco Martins • Luis Amauri Pinheiro de Souza • Mariana Ornelas

de Araújo Góes Liria • Ricardo Quiroga Vinhas • Soraia Garcia

Marca • Valter Nogueira Alves • Vera Miranda

• **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 6.000.

“Os textos apresentados e veiculados nesta publicação são da inteira responsabilidade da diretoria do Sisejufe, não cabendo, portanto, a responsabilização dos profissionais de Jornalismo que produzem pelos conceitos e opiniões aqui veiculados.”

A BATALHA DOS DIAS PARA EXTRAIR O MELHOR DA VIDA

Por meio de micropoesias, servidor do TRF2 estimula reflexão de situações do cotidiano para que não caiam no "automático"

Max Leone

Da Redação

Não deixar que situações do cotidiano, mesmo que sejam as mais simples, passem despercebidas é o propósito do livro "A Batalha dos Dias", o primeiro lançado pelo técnico judiciário Rafael Ferreira de Abreu Lima, 35 anos. Por meio de micropoesias, Rafa Lima, como ele assina a publicação, propõe uma reflexão para evitar que as pessoas "liquem o automático" e deixem os acontecimentos bem próximos fiquem sem a devida atenção. No livro, ele propõe que a "batalha" ocorra pela releitura do cotidiano mediante a transformação do olhar sobre os eventos da vida.

"A correria da vida moderna acaba não permitindo que as pessoas se tornem protagonistas de várias situações e passem à condição de apenas coadjuvantes devido à rapidez do mundo. Os meus textos estimulam essa reflexão para que nos tornemos os protagonistas. Faço um filtro de tudo que acontece ao redor, escre-



Foto: Divulgação

vo um texto para que sirva de reflexão", afirma Rafa Lima, que é servidor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) há seis anos.

Criador da página @peloolhar no Instagram, o espaço virtual tem servido de vitrine para um movimento de escritores online, que na avaliação de Rafa Lima, fazem ressurgir o interesse pela literatura em novos leitores. Atualmente, a página está com quase 180 mil seguidores. Lá, é possível comprar o livro.

"A redes sociais fazem com que o filtro das publicações seja feito pelos leitores e não pelas editoras tradicionais", comenta o autor, ressaltando que em cada fim de capítulo há uma micropoesia relacionada ao tema tratado.

O poeta e escritor diz que começou a se interessar por literatura tardiamente, aos 26 anos de idade. Contribuíram para esse despertar obras do colombiano Gabriel Garcia Márquez e do português Fernando Pessoa. E histórias que chegam ao Judiciário Federal também servem de fontes de inspiração para seus textos.

"Trabalho na área de Direito Previdenciário e tenho contato com situações que me sensibilizam muito. Do outro lado, há pessoas que passam por todos os tipos de problemas", diz. ●

Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe no e-mail imprensa@sisejufe.org.br. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você?